

PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA QUE VIVENCIAM O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL NA UECE-FECLI

Amanda de Cássia Araújo Souza¹

Inaiara Ferreira da Silva²

Maria Maisa Ferreira de Sousa Oliveira³

Aurea Lucia Cruz dos Santos⁴

INTRODUÇÃO

Diante do contexto pandêmico da COVID-19 vivenciado pelo país desde o ano de 2020, foi implantado em caráter emergencial por orientação do Conselho Nacional de Educação (CNE), órgão do Ministério da Educação (MEC) que autorizou em todo o país, a substituição das aulas presenciais por aulas que utilizem meios e tecnologias da informação, através da portaria nº 343 de 17 de Março de 2020 (BRASIL, 2020), assim iniciou-se o Ensino Remoto Emergencial (ERE) em todos os níveis de ensino. Como estratégia de continuidade das atividades no cenário educacional, esse procedimento do ERE ao adentrar no ensino superior, evidenciou inúmeros desafios, citamos, o acesso à internet, falta de aparelhos celulares, computadores para acompanhar as aulas, e ainda, ambiente inadequado para estudos. Nessa perspectiva, atentamos para os estudantes com deficiência, pois, considerando a efetivação da inclusão no meio acadêmico, se faz necessário adaptação de novos procedimentos, visto que, presencialmente, já encontramos dificuldades, no ensino remoto esses desafios ficam mais acentuadas.

Atualmente, há um aumento significativo de estudantes com deficiências nas universidades, mas infelizmente, o processo inclusivo não ocorre de forma satisfatória, as dificuldades que se apresentam, começam desde as barreiras arquitetônicas, atitudinais, bem como, formação de profissionais e ainda, recursos materiais.

É importante salientar que a Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu, campus da Universidade Estadual do Ceará (UECE-FECLI), é uma referência em quantitativo de estudantes com deficiência, citamos no curso de licenciaturas, (deficiência visual, deficiência auditiva e síndrome de down). Essas informações apresentadas, estão de acordo com GUERREIRO, ALMEIDA & SILVA FILHO (2014, p. 32) que diz

As pessoas com deficiência, que tradicionalmente eram expectadores, agora entram em cena, assumindo vez e voz. Estão chegando ao ensino superior, ainda que de forma

¹Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará-UECE, amanda.souza@aluno.uece.br;

²Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará-UECE, inaiara.silva@aluno.uece.br;

³Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará-UECE, maisa.sousa@aluno.uece.br;

⁴ Pedagoga, Pós Graduação em Planejamento Educacional, Especialista em Gestão Escolar, Mestre em Educação- Perspectiva Histórica, Política, Curricular e Gestão (UAH) aurea.cruz@uece.br

tímida, mas demandando novas posturas de gestores, de professores, de técnicos-administrativos, de alunos e da própria pessoa com deficiência. Essa questão se torna relevante, considerando que o número de alunos com deficiência no ensino superior tem aumentado, bem como tem se ampliado a preocupação em garantir os seus direitos, que não são apenas de acesso, mas também de permanência e alcance do sucesso acadêmico nesse nível de ensino (Guerreiro, Almeida, & Silva Filho, 2014, p. 32).

Em conformidade com o relato do autor, e, tendo em vista o cenário apresentado, surgiu o interesse de investigar como está acontecendo o ensino remoto emergencial e o processo de inclusão dos estudantes com deficiência no curso de Pedagogia e Letras da UECE-FECLI.

Sendo assim, essa pesquisa tem como objetivo, investigar como está sendo realizado o processo de inclusão e aprendizagem, bem como, os desafios encontrados pelos alunos com deficiência, considerando o contexto de Ensino Remoto Emergencial.

METODOLOGIA

Este resumo expandido assume uma perspectiva qualitativa, pois segundo MINAYO (1994, p. 21) “[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. Configura-se como um estudo de cunho reflexivo no qual foi desenvolvida uma pesquisa, tendo como instrumento um questionário com perguntas abertas. As perguntas foram compartilhadas por meio do *Google Forms*, que é um recurso tecnológico que possibilita ser enviado, usando o *link*, esse mecanismo facilitou os encaminhamentos para os estudantes, bem como, as respostas com agilidade.

É relevante compartilhar que a pesquisa foi realizada com estudantes da Universidade Estadual do Ceará (UECE) no *campus* localizado na cidade de Iguatu – Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu (FECLI). O município de Iguatu se encontra na região centro-sul do estado do Ceará, distante 365 km de Fortaleza. De acordo com censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística IBGE (2010) a cidade tem 27.561 pessoas com algum tipo de deficiência, o que representa cerca de 26,20% da população total.

Sobre o questionário, foi enviado a um grupo de estudantes com diferentes tipos de deficiências, e que fazem parte da instituição de ensino superior já mencionada. Ao analisar as respostas dos alunos, buscamos compreender e expor a realidade acerca de como está sendo vivenciada a inclusão no contexto do ensino remoto emergencial da UECE-FECLI.

REFERENCIAL TEÓRICO

Atualmente, tem-se disseminado largamente o entendimento de que é incorreto enxergar um aluno com deficiência como sendo um sujeito que apresenta condição autolimitadora. De modo que, não cabe aos alunos com deficiência se adaptarem ao ambiente escolar, mas sim, estes espaços que precisam adequar-se com estrutura física acessível, recursos tecnológicos e profissionais especializados.

Associada a esta realidade, os alunos com deficiências têm seus direitos educacionais amparados pelo legislativo por meio da Constituição Federal de 1988 e da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146 de 2015). O artigo 206, inciso I, da Constituição Federal, diz que: “o ensino será ministrado com base no princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, sendo as universidades uma instituição de ensino em nível superior, o Estado que é mantedor das universidades públicas não deve eximir-se do seu compromisso constitucional em garantir a permanência dos alunos com deficiências no ensino superior.

A lei brasileira de inclusão apresenta especificação acerca da educação na perspectiva inclusiva, em seu artigo 27 é delimitado que:

“A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados **sistema educacional inclusivo em todos os níveis** e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, **segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem**”.

É premissa de cada nível de ensino, buscar o desenvolvimento pleno das capacidades de cada estudante. O ensino superior sendo o nível mais elevado prepara o aluno a partir da sua escolha da área de atuação profissional. O estudante com deficiência também detém de aptidões e interesses subjetivos, devendo ter iguais oportunidades de desenvolvimento profissional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Educação Inclusiva, apesar do seu grande salto, ainda precisa avançar no que se refere a efetivação dos direitos garantidos nos marcos legais, atualmente, os alunos com deficiência, estão chegando às universidades, contudo, os direitos assegurados, ainda não são totalmente atendidos em tais locais. Com a pandemia da Covid-19, foi evidenciado barreiras para poder ser efetivado esse processo, pois, as atividades acadêmicas passaram a ser realizadas no modelo de ensino remoto emergencial, um modelo temporário que está sendo utilizado durante o distanciamento social.

Diante disso, fizemos uma pesquisa para averiguar como os estudantes com deficiência da UECE-FECLI tem se sentido durante o uso de tal modalidade de ensino.

Através da pesquisa pode-se perceber que os estudantes entrevistados, concordam que houve avanços no processo de inclusão no ensino superior, mas também relatam que é necessário continuar, pois eles apontaram ainda, que o ensino no modo presencial havia a dificuldade de materiais adaptados, profissionais qualificados e espaço físico adequado. Agora, uma vez que passou-se para esse outro formato, uma dificuldade apresentada é o acesso à internet, que é algo imprescindível a adaptação à esse novo meio de assistir as aulas. É algo novo para todos, não apenas aos alunos com deficiência, além disso, houve a necessidade dos professores buscarem conhecer instrumentos como a audiodescrição, pois com o ensino remoto passou-se a ser utilizado os grupos de *WhatsApp*, como recurso, havendo assim a necessidade de audiodescrever imagens compartilhadas nos grupos das disciplinas. O processo de inclusão requer dos professores novos conhecimentos, práticas e metodologias que consigam atingir toda a demanda dos alunos em meio as suas particularidades. Com isso, há necessidade de formação para os professores, pois como já foi mencionado, o ensino remoto emergencial veio repentino e todos foram surpreendidos.

Outra questão importante ressaltar, é se os estudantes tiveram acesso as Tecnologias Assistivas, todos foram unânimes com as respostas, afirmando que não, e que estavam fazendo uso de seus próprios materiais, como por exemplo, *notebook* com o leitor de tela, no caso de estudante com deficiência visual. Com relação a estudante com deficiência auditiva, em sua resposta foi que nas aulas, havia intérpretes e LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais).

Diante do que foi apresentado, a inclusão no ensino superior está cada dia se desenvolvendo, no entanto, há sempre o que melhorar, pois para que aconteça de forma efetiva, é importante que assegurada não somente a entrada dos estudantes, mas que seja garantido a sua permanência. A partir do ensino remoto emergencial, houve ainda mais necessidade de buscar a inclusão, pois se é algo complicado para quem não possui deficiência, quanto mais para esse público que tem necessidade de adaptações para assim ter o devido proveito. Assim para ter a inclusão no Ensino Superior é preciso buscar a permanência do aluno com deficiência de modo contínuo e para isso é preciso que haja empenho de todo o corpo escolar, adaptações físicas e administrativas e principalmente enfrentar as barreiras atitudinais (PAVÃO, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme os resultados apresentados, podemos concluir que é de suma importância a inclusão de todos no ensino superior, e que os professores a cada dia busquem se especializar

mais para desenvolver suas funções de forma adequada com materiais adaptados e outras ferramentas que favoreçam o ensino-aprendizado dos alunos com deficiência.

Além disso, é preciso buscar a permanência do aluno dentro da Universidade por meio de estratégias contínuas que favoreçam o cenário inclusivo. Sendo preciso que sejam oferecidas as devidas tecnologias assistivas não só durante a pandemia mas também no presencial, a pesquisa evidenciou que tais recursos não foram oferecidos durante o uso o ensino remoto. O que contraria as orientações da Lei Brasileira de Inclusão onde são garantidos os seus direitos. A temática é instigante, e considerando sua complexidade, muitos aspectos poderiam ser discutidos, contudo, para este momento, o objetivo foi alcançado. Mas, é importante destacar que, infelizmente muitos estudantes, em todo o país, ficam na invisibilidade por falta de acessibilidade.

Palavras-chave: Aprendizagem; Deficiência; Dificuldades; Educação Inclusiva; Ensino Superior.

REFERÊNCIAS

BRASIL, 2015, Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm; acesso em: 28 julho 2021.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao; acesso em: 28 julho 2021.

MINAYO, M. C. de S. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social**. In DESLANDES, S. F.; NETO, O. C.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. de S. (organizadora). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis. Rj; Vozes, 1994. p. 9-30. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 28 de julho de 2021.

PAVÃO, Ana Cláudia Oliveira; PAVÃO, Sílvia Maria de Oliveira (Org). **Estratégias Pedagógicas Inclusivas na Educação Superior**. Santa Maria: Facos UFSM, 2018.

RIPPEL, V. C. L.; SILVA, A. M. **Inclusão de estudantes com necessidades especiais na Escola Regular**. In: 1º Simpósio Nacional de Educação e XX Semana da Pedagogia. Unioeste: Cascavel, Paraná. 2003.